



**Ministério Público Federal  
Procuradoria-Geral da República**

**TERMO DE DEPOIMENTO nº 5**  
que presta **LUCIO BOLONHA FUNARO**

Aos 23 dias do mês de agosto de 2017, na cidade de Brasília/DF, na sede da Procuradoria-Geral da República, com vistas a prestar declarações no bojo de procedimento de negociação de acordo de colaboração premiada a ser celebrado entre o declarante e o Ministério Público Federal, presentes os membros do Ministério Público Anselmo Henrique Cordeiro Lopes, Sara Moreira de Souza Leite e Luana Vargas Macedo, integrantes do Grupo de Trabalho instituído pelo Procurador-Geral da República e da Força-Tarefa Greenfield, por meio das Portarias PGR/MPF nº 459/2016, 64/2017, 357/2017, 521/2017 e atualizações, o Delegado de Polícia Federal Marlon Oliveira Cajado dos Santos e o colaborador **LUCIO BOLONHA FUNARO**, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 11659179-1, e inscrito no CPF/MF sob o nº 173318908-40, atualmente recolhido no Presídio da Papuda, residente e domiciliado na Rua Guadalupe, 54, Jardim América, São PAULO/SP, na presença e devidamente assistido por suas advogadas MARIA FRANCISCA S. N. SANTOS, OAB/PR 77507, JÉSSICA ALVES DE MORAIS, OAB/DF 54.690, e LAISE MONTEIRO LOPES, OAB/DF 50.980, conforme determina o §15 do art. 4º, da Lei nº 12.850/2013, manifesta a sua espontânea vontade de contribuir de forma efetiva e integral com as investigações e com a instrução de processos criminais, mediante a prestação de informações e fornecimento de documentos e outras fontes de prova que permitam: a) a identificação dos demais coautores



**Ministério Público Federal  
Procuradoria-Geral da República**

e partícipes da organização criminosa e das infrações penais por eles praticadas; b) a revelação da estrutura hierárquica e da divisão de tarefas da organização criminosa; c) a prevenção de infrações penais decorrentes das atividades da organização criminosa; d) a recuperação total ou parcial do produto ou do proveito das infrações penais praticadas pela organização criminosa (art. 4º, I, II, III e IV, da Lei 12.850/2013). Nesse sentido, o declarante renuncia na presença de seus defensores, o direito ao silêncio e o direito de não se autoincriminar, bem como firma expressamente o compromisso legal de dizer a verdade, nos termos do § 14, do art. 4º, da Lei nº 12.850/2013. Com relação aos ANEXOS relacionados com MICHEL TEMER – INTERMEDIACÃO DE PAGAMENTOS, MINISTRO MOREIRA FRANCO, OPERADORES DO PRESIDENTE MICHEL TEMER e CAMPANHA GABRIEL CHALITA, passa a prestar as seguintes informações: sobre o ANEXO MICHEL TEMER – INTERMEDIACÃO DE PAGAMENTOS, QUE conhece o Presidente MICHEL TEMER desde o início dos anos 1990, pois eram sócios do mesmo clube, Alto de Pinheiros, e moravam no mesmo bairro em São PAULO; QUE quando se envolveu com política, teve contato com MICHEL, uma vez na sala de embarque do aeroporto de Congonhas, outra vez em uma reunião que ocorreu na Assembleia de Deus e em um comício de apoio ao deputado PAULO PIAU, sendo que dessas três vezes estava com EDUARDO CUNHA; QUE MICHEL TEMER sabia da relação próxima com EDUARDO CUNHA; QUE por várias vezes viu CUNHA conversando com TEMER e que possuíam contato frequente; QUE CUNHA fazia a intermediação entre o declarante e TEMER; QUE possuía uma relação boa com outros membros do PMDB; QUE na



**Ministério Público Federal  
Procuradoria-Geral da República**

Assembleia de Deus estava presente Bispo Samuel Ferreira; QUE acredita que TEMER possuía total conhecimento do que ocorria no PMDB em relação ao esquema de arrecadação de propina; QUE, como exemplos, citou a situação em que GABRIEL CHALITA se candidatou a prefeito de São PAULO e precisou de recursos para campanha, e que foram adiantados valores de propina pagos por HENRIQUE CONSTANTINO após intervenção de TEMER; QUE, em outra ocasião, foi necessário contato de MICHEL TEMER para que o presidente do banco BVA fosse recebido pelo então presidente do Banco Central TOMBINI; QUE também TEMER tinha ciência do esquema de arrecadação de propina no Ministério da Agricultura; QUE a JBS, no ano de 2014, fez uma doação ao PMDB, que contemplou somente o PMDB do Senado, no valor de 30 milhões; QUE quando os deputados ficaram sabendo dessa doação, foram atrás de MICHEL TEMER para que o valor fosse dividido entre o Senado e Câmara dos Deputados; QUE a JBS, em razão do pleito, doou o mesmo valor para o PMDB na Câmara dos Deputados; QUE as repercussões desse atrito foram presenciadas pelo DEPOENTE, pois o deputado CUNHA frequentava toda segunda-feira o escritório do declarante para discutir o fluxo de capital, quando se mostrava irritado com a situação; QUE em razão desse atrito, TEMER voltou a liderar o partido no lugar de VALDIR RAUPP; QUE na eleição de CHALITA, em 2012, CUNHA ajudou na arrecadação de capital, em troca de negociação de secretarias na prefeitura de São PAULO; QUE uma das filhas de TEMER assumiu uma secretaria; QUE o presidente TEMER sempre teve a par de todas as indicações que foram feitas de senadores e deputados através dos líderes das casas, pois, se ele não acompanhasse e se certificasse que essas indicações contemplassem o desejo



**Ministério Público Federal  
Procuradoria-Geral da República**

dos deputados e senadores, isso seria o motivo de atrito dentro do partido; QUE se houvesse atrito, o partido consequentemente retaliava as operações de interesse do governo, cujo vice-presidente era TEMER; QUE, em 2007, CUNHA queria a presidência de FURNAS e o Governo não cedia, e por isso trabalhou para impedir a aprovação da CPMF; QUE, em razão disso, o governo decidiu negociar com ele e com membros do PMDB; QUE CUNHA tinha tudo mapeado, quem tinha cada cargo, quem era padrinho político de quem – ele tinha o controle para que ele pudesse barganhar; QUE o declarante foi o principal operador de CUNHA entre 2003 a 2006 e 2010 a 2015; QUE a divisão de cargos do PMDB era feita entre o Senado e Câmara, mas MICHEL também tinha cargos próprios para distribuir; QUE no caso da Câmara, CUNHA pegava o maior número de membros possíveis do PMDB e escolhia um cargo para pleitear, em seguida encaminhava os pleitos a um líder do PMDB, que era HENRIQUE EDUARDO ALVES na época, e este solicitava os cargos ao governo, com apoio de TEMER; QUE quem atuava no “varejo” era CUNHA e, no “atacado”, era HENRIQUE ALVES e TEMER; QUE o PMDB na época só não era maior que a bancada do PT, mas o PMDB sempre tinha direito a muitos cargos no governo; QUE EDUARDO CUNHA tinha a presidência de FURNAS e VALDIR RAUPP tinha indicado a diretoria de engenharia e o deputado SANDRO MABEL, a diretoria de obras; QUE entre 2007 a 2010, a hierarquia do PMDB, na Câmara, era CUNHA e HENRIQUE ALVES e a maioria apoiava; QUE HENRIQUE ALVES fazia a interface entre CUNHA e o governo; QUE CUNHA tinha um bom relacionamento com CANDIDO VACAREZA e ARLINDO CHINAGLIA; QUE, quando se trata de algum assunto que esses dois não podiam interferir, pediam o auxílio de



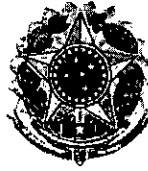
**Ministério Público Federal  
Procuradoria-Geral da República**

TEMER, mas era incomum, pois os dois resolviam os problemas junto ao PT, também com a participação de ANDRÉ VARGAS; QUE com CANDIDO VACAREZA, CUNHA tinha um melhor relacionamento; QUE entre 2007 e 2010, houve vários embates entre CUNHA e o governo; QUE CUNHA conseguiu indicação na presidência de FURNAS e na diretoria internacional da PETROBRAS, sendo indicado JORGE ZELADA em substituição a NESTOR CERVERO; QUE CUNHA e TEMER tinham uma relação boa, mas flutuante, havia momentos com mais ou menos contato; QUE quando CUNHA assumiu a presidência da Câmara, TEMER, enciumado pelo poder do deputado CUNHA, diminuiu o contato com ele; QUE, em outros momentos, eles trabalhavam mais alinhados; QUE HENRIQUE ALVES tinha uma relação muito boa com TEMER e CUNHA; QUE HENRIQUE ALVES era muito jeitoso, funcionava como uma esponja para evitar o atrito entre CUNHA e TEMER e governo; QUE GEDDEL LIMA também ajudou nessa interlocução, bem como MOREIRA FRANCO, posteriormente, mas em menor intensidade; QUE, no ano de 2015, CUNHA pressionou bastante DILMA ROUSSEF para que HENRIQUE ALVES obtivesse o cargo do Ministro do Turismo; QUE TEMER não seria uma pessoa de fazer pressão; QUE o homem mais poderoso naquele momento era CUNHA, como presidente da Câmara; QUE, naquele momento, ele não precisava de TEMER para pressionar ninguém, ele sozinho conseguia fazer isso, com seu poder de manobrar a pauta da casa e parar o Congresso; QUE, com o amplo conhecimento do regimento interno, conseguia ampliar seu poder; QUE, como presidente da Câmara, com apoio da maioria dos deputados, ele tinha um grande poder na mão; QUE GEDDEL LIMA, no começo, era adversário do EDUARDO CUNHA no PMDB, quando ele



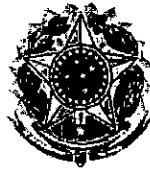
**Ministério Público Federal  
Procuradoria-Geral da República**

migrou para o PMDB, entre 2004 a 2005; QUE deixou de ser adversário a partir de 2011, quando assumiu a vice-presidência da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, momento em que se aproximou de CUNHA; QUE, com a ida de LUCIO VIEIRA LIMA, irmão de GEDDEL, à Câmara, também ocorreu a aproximação de GEDDEL com CUNHA, pois seu irmão precisava de cargos; QUE após GEDDEL sair da vice-presidência da CEF, se candidata a senador, e, sendo eleito, queria formar uma dupla junto com EDUARDO CUNHA – um concorrendo para presidente da Câmara e outro para presidente do Senado; QUE GEDDEL não foi eleito; QUE esteve por duas vezes com JOSÉ YUNES; QUE teve uma operação com o GEDDEL que passou pelo YUNES, no ano de 2014, envolvendo um repasse de caixa 2 que foi acertado entre ODEBRECHT, JOSÉ PADILHA e MICHEL TEMER; QUE se tratava de doação da ODEBRECHT para membros do PMDB: GEDDEL, PADILHA, CUNHA; QUE, em relação a essa operação, o DEPOENTE viu, em um depoimento, que quem fez a entrega de recursos para YUNES foi o doleiro ALVARES NOVIS; QUE, ainda sobre essa operação em 2014, GEDDEL ligou para o DEPOENTE e informou que tinha um dinheiro que ele precisava retirar em São PAULO, oriundo da ODEBRECHT; QUE esse dinheiro tinha que ser levado a Salvador; QUE GEDDEL pediu para o declarante retirar o dinheiro com YUNES e levar para Salvador; QUE o DEPOENTE ligou para YUNES e marcou de encontrar com ele no escritório deste para pegar o dinheiro; QUE, no escritório de YUNES, um imóvel de muro de vidro em Itaim Bibi (próximo a um bar chamado Mercearia São Roque), uma secretária direcionou o declarante para a sala dele, por um elevador interno; QUE na sala havia um diploma de Bacharel em Direito da USP e o documento de diplomação de



**Ministério Público Federal  
Procuradoria-Geral da República**

deputado constituinte; QUE YUNES destacou que era o Comodoro de um Iate Clube; QUE não conversaram sobre o dinheiro, apenas sobre amenidades, como a situação da campanha de CUNHA; QUE YUNES perguntou se o DEPOENTE estava com o carro na garagem e desceu com ele do escritório; QUE YUNES solicitou que a secretária entregasse uma caixa para o declarante e nessa caixa teria 1 (um) milhão de reais; QUE todos sabiam que nessa caixa tinha dinheiro; QUE confirma e tem certeza que YUNES sabia que tinha dinheiro nessa caixa, pelo próprio peso da caixa, pois era pesada; QUE quem recebe um volume com dinheiro sempre é comunicado de que está com dinheiro em mãos, para tomar as devidas precauções de segurança e não deixar o pacote largado por aí; QUE esse dinheiro seria entregue para GEDDEL em Salvador; QUE YUNES não mencionou se entregou outros valores em dinheiro para pessoas ligadas ao PMDB; QUE na memória do seu celular que fora apreendido pela Polícia Federal, consta o contato de JOSÉ YUNES; QUE, após o encontro, já com a caixa de dinheiro, se dirigiu ao seu escritório e guardou a referida caixa em uma sala utilizada especificamente para esse fim; QUE entrou em contato com um doleiro chamado TONY, com a finalidade de entregar o dinheiro em Salvador; QUE TONY solicitou ao depoente que mandasse seu funcionário, de nome JOSÉ CARLOS BATISTA, que pegasse o dinheiro com o DEPOENTE em São PAULO e entregasse no Comitê do PMDB em Salvador, nas mãos do próprio GEDDEL; QUE falava com TONY por um programa criptografado de nome PIDGIN; QUE TONY foi responsável por fazer a logística da entrega do dinheiro e, por esse serviço, o declarante pagou um percentual; QUE tal fato provavelmente ocorreu em setembro de 2014; QUE TEMER e GEDDEL são amigos e companheiros de



**Ministério Público Federal  
Procuradoria-Geral da República**

Câmara há muito tempo; QUE GEDDEL foi líder do PMDB na Câmara, coincidindo com a Presidência de TEMER na casa; QUE GEDDEL tinha certeza que assumiria o cargo de Ministro quando TEMER assumisse a Presidência da República; QUE WAGNER ROSSI e MARCELO AZEREDO ocuparam cargos públicos indicados por MICHEL TEMER; QUE ROSSI ocupou cargo na COMPANHIA DOCAS e no Ministério da Agricultura, e AZEREDO ocupou um cargo no banco NOSSA CAIXA na COMPANHIA DOCAS, indicados por TEMER; QUE TEMER tem uma relação muito próxima com a empresa CONSTRUBASE – de VANDERLEI NATALE, podendo citar como exemplo um fato ocorrido em 2003, 2004, época em que EDUARDO CUNHA tinha o controle político da CEDAE, no Rio de Janeiro, e a CONSTRUBASE tinha contrato de obra com a companhia cujo pagamento estava em atraso; QUE MICHEL TEMER solicitou que CUNHA recebesse o presidente da CONSTRUBASE, VANDERLEI, para que CUNHA conseguisse que a CEDAE liberasse o pagamento da fatura em aberto com a CONSTRUBASE; QUE TEMER tem grande apreço pelos pleitos da empresa RODRIMAR e pediu para serem defendidos os interesses da RODRIMA na MP dos Portos nº 595; QUE essa MP tinha o objetivo de criar uma reforma no setor portuário e ia causar um grande prejuízo ao GRUPO LIBRA e seus controladores, CELINA TORREALBA e GONÇALO TORREALBA, aliados de CUNHA e por consequência de TEMER, pois é um dos grandes doadores da campanha deste; QUE, pela determinação da MP, o Grupo Libra não poderia mais prorrogar suas concessões portuárias, pois tinha vários débitos fiscais inscritos; QUE CUNHA colocou dentro dessa MP a cláusula de que empresas que possuíssem dívidas ativas inscritas poderiam renovar seus





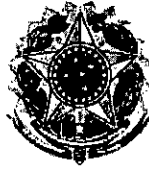
**Ministério Público Federal**  
**Procuradoria-Geral da República**

contratos no setor desde que ajuizassem arbitragem para discutir esse débito tributário; QUE CUNHA atuou como articulador dessa MP; QUE HENRIQUE ALVES conduziu essa sessão dessa MP; QUE TEMER pediu a CUNHA para facilitar essa aprovação da MP, uma vez que tanto a ELDORADO quando a RODRIMAR tinham interesses, e ouviu de CUNHA que MICHEL TEMER pediu a ele para fazer isso ou aquilo e cuidar que o negócio não saísse do controle; QUE após aprovação da MP, houve pagamento de propina ao PMDB, por doação eleitoral, mas não sabe dizer se foi também por outros meios; QUE não sabe como os outros grupos beneficiados pagaram a propina; QUE tem conhecimento dessa situação por relatos exclusivos oriundos de CUNHA; QUE CUNHA uma vez foi jantar na casa Daniel Dantas para resolver problemas dos portos, pois ele era acionista majoritário do Grupo Santos Brasil; QUE TEMER tinha uma atuação forte no Porto de Santos, e em São PAULO todos sabem que o Porto de Santos é área de influência política de TEMER; QUE TEMER também atuou diretamente no Ministério da Agricultura através do Ministro WAGNER ROSSI, beneficiando a JBS; QUE ROSSI era amigo pessoal de TEMER e, por conta disso, ROSSI já ocupou cargos no Porto de Santos; QUE quando ROSSI assumiu cargo de Ministro da Agricultura, conheceu JOESLEY BATISTA e o aproximou de MICHEL TEMER; QUE, no Ministério da Agricultura, os atos que beneficiaram a JBS consistiram na facilitação nas inspeções, na obtenção de licenças para exportação, autorização para plantas exportarem, a não fiscalização da JBS e maior rigidez nas inspeções em outros frigoríficos; QUE JOESLEY também lhe reportava sobre contatos que mantinha com ROSSI e TEMER; QUE o declarante encontrou com ROSSI no escritório da JBS, localizado na Marginal



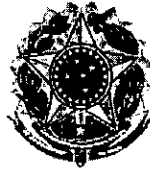
**Ministério Público Federal  
Procuradoria-Geral da República**

Pinheiros, quando ainda ocupava o cargo de Ministro da Agricultura; QUE, logo que ROSSI renunciou ao cargo de Ministro da Agricultura, JOESLEY apresentou o depoente a RICARDO SAUD, no ano de 2011 ou 2012; QUE JOESLEY disse que RICARDO SAUD era oriundo do Ministério da Agricultura; QUE, ainda, JOESLEY, nessa oportunidade, disse “não dá para confiar em TEMER nunca”; QUE JOESLEY, ainda, afirmou que ROSSI reclamou de TEMER, uma vez que, quando precisava se segurar no Ministério da Agricultura, TEMER não se mexeu; QUE ANTONIO ANDRADE assumiu o Ministério da Agricultura, por indicação de CUNHA e HENRIQUE ALVES; QUE o Ministro da Agricultura, a época, por conta de estar acometido de câncer, pediu para se ausentar do cargo e, como a vaga era da Câmara, o declarante perguntou se JOESLEY tinha interesse no Ministério da Agricultura; QUE como JOESLEY tinha interesse, eles teriam exigido o cargo para o PMDB da Câmara; QUE foi nomeado ANTÔNIO ANDRADE, da bancada do PMDB de MG; QUE o nome de ANTÔNIO ANDRADE foi levado a HENRIQUE ALVES por CUNHA; QUE HENRIQUE ALVES levou o nome de ANTÔNIO ANDRADE para a Casa Civil; QUE isso explica a fidelidade de ANTÔNIO ANDRADE a EDUARDO CUNHA; QUE, por conta disso, JOESLEY não conseguiu falar diretamente com ANTÔNIO ANDRADE, passando por cima do grupo político de CUNHA e do DEPOENTE; QUE soube que JOESLEY e EDUARDO CUNHA tiveram um bate papo dentro do Ministério da Agricultura, pois JOESLEY estava querendo atravessar o contato direto com o Ministro e esse estava se recusando; QUE o Ministro teria chamado CUNHA para ir ao seu gabinete para mostrar a relação entre eles; QUE ANTÔNIO ANDRADE acabou



**Ministério Público Federal  
Procuradoria-Geral da República**

apaziguando os ânimos da discussão entre CUNHA e JOESLEY; QUE CUNHA e o DEPOENTE possuíam 3 funcionários dentro do Ministério da Agricultura: ANTONIO ANDRADE, FLAVIO TURQUINO e RODRIGO FIGUEIREDO (ocupando uma secretaria do Ministério); QUE TURQUINO foi nomeado para o cargo de secretaria da DIPOA; o pai do TURQUINO tinha sido condenado criminalmente e por isso o nome de FLAVIO TURQUINO tinha sido barrado, mas esse problema foi solucionado; QUE FLAVIO TURQUINO trabalhou na BIG FRANGO; QUE RODRIGO FIGUEIREDO realizou duas operações; QUE a propina por essas operações foi no valor de 7 milhões no total; QUE ANTONIO ANDRADE, RODRIGO FIGUEIREDO, o declarante e HENRIQUE ALVES receberam um percentual da propina; QUE tudo que CUNHA recebia ele dividia entre todos os caciques do PMDB e com todos que compunham o bloco de apoio de CUNHA; QUE, no Senado, só ROMERO JUCÁ era aliado a CUNHA; QUE, desse valor, 3 milhões foram para ANTONIO ANDRADE, 1 milhão e meio para CUNHA, 900 mil para o DEPOENTE e 200 mil para o RODRIGO FIGUEIREDO; QUE ANTONIO ANDRADE recebeu a propina por meio do operador MATEUS MOURA, que era advogado do PMDB de MG; QUE a parte de CUNHA foi paga por meio de ALTAIR e crédito na conta corrente que CUNHA possuía junto ao DEPOENTE; QUE houve 2 medidas aprovadas do Ministério da Agricultura que beneficiaram a JBS: ofício circular de 02/2014, que proibia o entreposto de carnes e derivados de exportar despojos de boi – somente os frigoríficos habilitados podiam exportar, ou seja, os frigoríficos pequenos teriam que eliminar esses despojos ou usar os grandes frigoríficos; QUE a outra medida, datada no dia 30 de maio de 2014, era a proibição do uso da Ivermectina



**Ministério Público Federal  
Procuradoria-Geral da República**

(remédio anticarrapato), pois evitava prejuízo para a JBS; **QUE gostaria de RETIFICAR o constante no termo 2 de declaração de ontem**, que quando disse que JOESLEY E SAUD fizeram uma solicitação ao ministro ANTONIO ANDRADE para que o mesmo liberasse frigoríficos de propriedade da JBS para exportação e restringisse outros da concorrência, e que foi tratado como propina o valor de 30 (trinta) milhões de reais, que essa propina foi dividida da seguinte forma: 15 milhões para o PMDB nacional e 15 milhões para o PMDB de MG; QUE os valores pagos ao PMDB de MG foram pagos da seguinte forma: 1 milhão de reais em doação oficial ao PMDB de MG, 9 milhões e 800 mil para pagamentos de diversos fornecedores solicitados por ANTONIO ANDRADE ao Grupo JBS e 4 milhões e 200 mil reais em espécie, e que o declarante e CUNHA não participaram da negociação; e que quem tocou essa operação no ministério foi o RODRIGO FIGUEIREDO e só ficaram sabendo dessa operação após o ano de 2015; **QUE, ainda sobre o ANEXO MICHEL TEMER – INTERMEDIACÃO DE PAGAMENTOS**, em 2014, com relação à campanha de PAULO SKAF, candidato a governador de São PAULO, pelo PMDB, apadrinhado pelo TEMER, que DUDA MENDONÇA era publicitário da campanha de SKAF; QUE CUNHA estava no escritório do DEPOENTE e CUNHA recebeu uma ligação de TEMER, durante período eleitoral de 2014; QUE TEMER solicitou para CUNHA um pagamento de 500 mil reais, via caixa 2, para DUDA MENDONÇA; QUE CUNHA ligou para o Depoente e questionou se ele teria 500 mil no caixa; QUE o depoente confirmou que tinha o dinheiro no caixa, e CUNHA disse então a TEMER que tinha o dinheiro; QUE na ligação com TEMER não houve referência ao DEPOENTE; QUE CUNHA não faz referência a caixa 2; QUE CUNHA deu o



**Ministério Público Federal  
Procuradoria-Geral da República**

endereço ao depoente de um escritório localizado na avenida 9 de julho, relacionado a DUDA MENDONÇA; QUE o pagamento foi feito; **QUE, sobre o ANEXO MINISTRO MOREIRA FRANCO**, gostaria de registrar que está anexando na colaboração o registro de doação de um milhão e meio de reais por parte de NATALINO BERTIN a TEMER, relativo a operação do Grupo BERTIN no FI-FGTS, referente a empresa NOVA CIBE, em 2009; QUE nessa agenda, de 2010, consta 1 milhão e meio para VACAREZZA, sendo que tem confirmado 700 mil (não sabe se 300 mil teria sido feito por caixa 2), além de 2 milhões de reais para TEMER, sendo 1 milhão e meio confirmado; QUE a parte de EDUARDO CUNHA foi 1 milhão, com todo valor confirmado; QUE essa operação da NOVA CIBE ou CIBEPAR se deu na época que MOREIRA FRANCO era Vice-Presidente da VIFUG da CEF; QUE nos cadernos que foram apreendidos pela PF, no ano de 2010, tem lembretes para cobrar de NATALINO as doações realizadas a VACAREZZA, TEMER e CUNHA; QUE a operação na CEF estaria sob responsabilidade de ROBERTO MADOGGIO, que era Superintendente de Fundos Especiais da VITER da CEF; QUE esse pleito estava parado até o momento em que o SILMAR ou NATALINO BERTIN procurou o declarante, que por sua vez procurou EDUARDO CUNHA; QUE CUNHA procurou o MOREIRA FRANCO; QUE teve um almoço entre SILMAR BERTIN, o declarante, um representante do grupo EQUIPAV, sócio da BERTIN na CIBE; QUE, depois do almoço, CUNHA já tinha agendado uma reunião com MOREIRA FRANCO; QUE, na reunião presencial com MOREIRA FRANCO, ocorrida no prédio da própria CEF, expuseram o problema e MOREIRA FRANCO falou que cuidaria do pleito; QUE, logo que eles chegaram em São PAULO, no mesmo dia, o ROBERTO



**Ministério Público Federal**  
**Procuradoria-Geral da República**

MADOGGIO ligou para o grupo BERTIN para marcar uma reunião; QUE ROBERTO MADOGGIO reclamou para o pessoal do Grupo BERTIN, pois teriam procurado diretamente MOREIRA FRANCO; QUE, salvo engano, o pagamento da propina teria sido no valor de 4% sobre o valor da operação, resultando no valor de 12 milhões; QUE a divisão da propina foi a seguinte: 60% sempre ficava com quem assinava a operação (no caso, MOREIRA FRANCO), 15% para o declarante e 25% para CUNHA; QUE esse valor de 12 milhões foi repassada em espécie ao declarante, sendo 6 milhões pagos pelo Grupo BERTIN e outros 6 milhões pagos pela EQUIPAV; QUE, além dos 12 milhões, foram pagos R\$ 3 milhões já acima comentados, por parte de NATALINO BERTIN, para VACAREZZA, CUNHA e TEMER, como doação de campanha; QUE, na verdade, como CUNHA tinha feito um bom trabalho, NATALINO queria continuar explorando a influência do grupo político, por isso resolveu fazer esse novo aporte; QUE o depoente creditou 85% do valor na conta de CUNHA; QUE CUNHA ficou responsável por fazer o pagamento da parte referente a MOREIRA FRANCO; QUE o DEPOENTE disponibilizou os valores ALTAIR ou pediu que o doleiro TONY (PETER) fizesse a entrega em escritório de EDUARDO CUNHA; QUE, a partir daí, os valores foram para MOREIRA FRANCO ou para uma pessoa de sua confiança; QUE ouviu dizer que uma dessas pessoas de confiança seria JOSÉ AUGUSTO (Guto), dono da DISKLINE, uma casa de câmbio que ficava no Rio de Janeiro; QUE, na primeira fase do FI-FGTS, sob a gestão do MOREIRA FRANCO, a ODEBRECHT foi a maior beneficiada em projetos de *equity*; QUE a ODEBRECHT tinha um bom relacionamento com o Ministro MOREIRA FRANCO, tendo em vista, entre outros motivos, que a empresa empregava o



**Ministério Público Federal  
Procuradoria-Geral da República**

filho do ministro, PEDRO MOREIRA FRANCO; QUE, no primeiro momento, a ODEBRECHT AMBIENTAL, na qual PEDRO MOREIRA FRANCO trabalhava, foi a principal beneficiária das operações de *equity*, junto ao FI-FGTS; QUE na época da gestão de MOREIRA FRANCO, não existia essa polarização entre a VITER e a VIFUG, sendo que, na gestão de FÁBIO CLETO na VIFUG, essa relação entre as vice-presidências deixou de ser tão afinada; QUE essa sintonia se dava porque, além de MOREIRA FRANCO ser político, era uma pessoa que por si só tinha peso, o que não acontecia com CLETO; QUE não conhecia o vínculo político de MADOGLIO, mas com relação a ANDRE DE SOUZA, este era a pessoa que mais tinha conhecimento técnico de como as operações funcionavam e como elas poderiam ser agilizadas e aprovadas; QUE, além disso, ANDRÉ DE SOUZA tinha origem de central sindical, portanto o DEPOENTE acredita que tinha indicação do PT; QUE MOREIRA FRANCO estava lutando para manter seu cargo ou para fazer seu sucessor; QUE no ano de 2010, época em que TEMER estava candidato a vice-presidência da República, MOREIRA FRANCO deixou a VIFUG e assumiu um cargo relevante na campanha de TEMER; QUE, quando MOREIRA FRANCO sai, ele deixou como sucessor JOAQUIM LIMA, o qual era subordinado do MOREIRA FRANCO na VIFUG e representante da CEF no Comitê do FI-FGTS; QUE JOAQUIM LIMA ficou na VIFUG do período em que MOREIRA FRANCO foi exonerado até o momento em que DILMA assumiu a presidência da República e o Grupo político que o DEPOENTE faz parte começa a brigar pelo cargo; QUE o PMDB não é um partido unido, que não existe um grupo único e coeso; QUE existem várias facções que vão se acomodando com o passar do



**Ministério Público Federal  
Procuradoria-Geral da República**

tempo; QUE MOREIRA FRANCO nunca fez parte do grupo político do DEPOENTE; QUE o DEPOENTE falou para o CUNHA que achava bom indicar o vice-presidente da VIFUG, pois o PMDB teria direito a uma das vice-presidências da CEF; QUE, desde 2010, o DEPOENTE queria esse cargo da VIFUG, QUE houve uma reunião, que foi informada por narrativa de CUNHA, entre MOREIRA FRANCO, TEMER e ANDRÉ DE SOUZA; QUE na época TEMER era, salvo engano, presidente da Câmara; QUE, pelo que sabe, TEMER contou dessa reunião para CUNHA; QUE essa reunião ocorreu na residência oficial do presidente da Câmara, ou seja, na residência oficial de MICHEL TEMER; QUE, nessa reunião, CUNHA disse que ANDRÉ DE SOUZA explicou para TEMER como funcionava o FI-FGTS, que aquilo seria como um “mini BNDES”; QUE MOREIRA FRANCO falou para o TEMER que isso seria uma “oportunidade para fazer dinheiro”; QUE, a partir daí, inicia uma briga entre o grupo de CUNHA, DEPOENTE e HENRIQUE ALVES, contra MOREIRA FRANCO, que queria manter JOAQUIM LIMA no cargo; QUE MOREIRA FRANCO manteve JOAQUIM LIMA até o início do primeiro mandato da Presidente DILMA; QUE o objetivo do grupo político do DEPOENTE era conseguir o FI-FGTS, pois era uma fonte de renda; QUE todos os deputados narrados no anexo do DEPOENTE receberam propina ou relatorias ou cargos de CUNHA, para fazer dinheiro: ANDRÉ MOURA, FERNANDO DINIZ, LÚCIO VIEIRA LIMA, BALDY, ARLINDO CHINAGLIA; ELISEU PADILHA, SÉRGIO DE SOUZA, MOREIRA FRANCO, SANDRO MABEL, PRIANTE, MANOEL JR, FERNANDO JORDÃO, ANTONIO ANDRADE, CANDIDO VACAREZZA, ALEXANDRE SANTOS, HUGO LEAL, VLADIMIR COSTA, CARLOS





**Ministério Público Federal**  
**Procuradoria-Geral da República**

BEZERRA, SORAYA SANTOS, TADEU FILIPELLI, TEREZA CRISTINA, SARAIVA FELIPE, MAURO LOPES, VALDIR MARANHÃO, ROGÉRIO ROSSO, WASHIGTON REIS, SOLANGE ALMEIDA, ROSE DE FREITAS E ANDRÉ VARGAS; QUE queria deixar claro que eles podem ter recebido dinheiro do FI-FGTS, da presidência de FURNAS, da diretoria internacional da PETROBRAS, propostas de medidas provisórias ou projetos de leis, de distribuição pela influência política de CUNHA de relatorias ou comissões de CPI'S; QUE MOREIRA FRANCO tinha um operador na Infraero, de nome ANDRÉ LUÍS MARQUES (BOCÃO); QUE, por exemplo, operava desde balcões de embarque, hangares, concessões, renovações de contratos sem licitação; QUE, na época, MOREIRA FRANCO era secretário da aviação civil e ANDRÉ LUIS MARQUES já era funcionário de carreira da INFRAERO; QUE o DEPOENTE acredita que ANDRÉ LUÍS subiu na carreira com a chegada de MOREIRA FRANCO; QUE o DEPOENTE mantinha relacionamento com HENRIQUE CONSTANTINO; QUE MOREIRA FRANCO teria atuado junto à transferência do hangar da VARIG para a empresa PÁSSARO AZUL sem que houvesse licitação; QUE foi CONSTANTINO que lhe informou sobre tal situação; QUE EDUARDO CUNHA teria providenciado a reunião de CONSTANTINO com MOREIRA FRANCO, para tratar dos pleitos de HENRIQUE CONSTANTINO; QUE a menção ao nome de GERMAN, da AVIANCA, está equivocada no referente anexo; QUE não tem nenhum contato com GERMAN; QUE o DEPOENTE confirma que ANDRÉ BOCÃO era o operador de MOREIRA FRANCO para assuntos de menor importância; QUE sobre a construção do aeroporto de Caieiras pela Camargo Correa, o DEPOENTE ficou sabendo que, por conta da



**Ministério Público Federal  
Procuradoria-Geral da República**

licitação do aeroporto de Cumbica e dos fluxos nos aeroportos de Cumbica e Congonhas, havia embates para a construção do referido aeroporto; QUE quem não queria que fosse liberada a construção de um novo aeroporto privado em Caieiras era a OAS; QUE EDUARDO CUNHA atuou a favor da OAS e MOREIRA FRANCO disse, para cada uma das empresas (CAMARGO e OAS), que estava atuando em seu favor delas, todavia não atuava em favor de nenhuma delas nesse conflito específico; QUE não sabe se houve o pagamento de propina nessa operação; QUE sobre a relação de CUNHA e MOREIRA FRANCO, o DEPOENTE afirma que, a partir de 2013, a relação de ambos se estreitou; QUE essa aproximação se deu no momento em que MOREIRA se tornou secretário de aviação civil e que CUNHA se candidatou a liderança do partido PMDB na Câmara; QUE esse fato é ilustrado por meio de um voo ocorrido num sábado, no trecho Brasília-Rio de Janeiro; QUE, na sexta-feira anterior ao voo, CUNHA visitou Mato Grosso do Sul, para angariar votos junto a políticos para a sua campanha à liderança do partido; QUE voltaram a Brasília na própria sexta-feira e lá pernoitaram; QUE, após a eleição na 'executiva' do PMDB, o DEPOENTE voltou ao Rio de Janeiro, junto a EDUARDO CUNHA, MOREIRA FRANCO e o então ex-deputado ALEXANDRE Santos no avião alugado pelo DEPOENTE; QUE não se recorda se outro deputado estava no voo; QUE o apoio de MOREIRA FRANCO a candidatura de EDUARDO CUNHA à liderança do PMDB foi uma retribuição do apoio de EDUARDO CUNHA a MOREIRA FRANCO quando este assumiu o ministério da aviação; QUE HENRIQUE ALVES não apoiou ostensivamente EDUARDO CUNHA porque este tinha disputado a liderança do partido com SANDRO MABEL; QUE HENRIQUE ALVES



**Ministério Público Federal  
Procuradoria-Geral da República**

achava que EDUARDO CUNHA já possuía muito poder mesmo sem a liderança do partido; QUE, sobre o ANEXO OPERADORES DO PRESIDENTE MICHEL TEMER, tem conhecimento que MICHEL TEMER tem operadores de propina em diversas áreas; QUE ele não concentrava nada em uma pessoa apenas; QUE, para receber dinheiro, utilizava-se de JOSÉ YUNES e, após, CORONEL LIMA; QUE o DEPOENTE era indiretamente a fonte de recursos de MICHEL TEMER, sendo que EDUARDO CUNHA era quem recebia recursos ilícitos e redistribuía a MICHEL; QUE acredita que GEDDEL não redistribuía valores indevidos a MICHEL TEMER como EDUARDO CUNHA fazia; QUE, quanto a JOSÉ YUNES e CORONEL LIMA, administravam a propina de MICHEL TEMER; QUE YUNES, além de administrar, investia os valores ilícitos em sua incorporadora imobiliária; QUE CORONEL LIMA tinha empreiteira e TEMER conseguia contratos para esta empresa; QUE o nome da incorporadora de YUNES é YUNY; QUE o DEPOENTE não sabe se, dos valores que repassou a GEDDEL, este redistribuiu a MICHEL TEMER; QUE sabe que EDUARDO CUNHA redistribuía propina a TEMER com '110%' de certeza; QUE também tem certeza que parcela da propina paga a WAGNER ROSSI era redistribuída a MICHEL; QUE tem conhecimento de outros operadores de MICHEL TEMER principalmente através de relatos de EDUARDO CUNHA e JOESLEY BATISTA; QUE não conhece RODRIGO ROCHA LOURES, mas sabe que LOURES tornou-se operador de MICHEL TEMER após a saída de GEDDEL do ministério, com base em informações em processos em que está envolvido; QUE, na época da campanha de GABRIEL CHALITA, MICHEL TEMER conseguiu que a produtora do filho



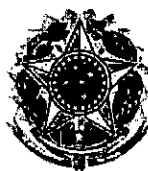
**Ministério Público Federal  
Procuradoria-Geral da República**

de WAGNER ROSSI fosse contratada para a produção de material de campanha de CHALITA; QUE o preço pago a empresa foi superior ao preço de mercado; QUE soube dessa informação por meio de queixas do tesoureiro da campanha, HUGO FERNANDES NETO; QUE a razão de ter aceitado esse preço mais alto foi a ligação da empresa com MICHEL TEMER, padrinho político de GABRIEL CHALITA; QUE isso se deu após WAGNER ROSSI sair do ministério da agricultura, 2012; QUE entende que a contratação da empresa foi uma compensação pela perda do cargo; QUE nem o DEPOENTE nem EDUARDO CUNHA tinham interesses nas campanhas de CHALITA e PAULO SKAF, mas MICHEL TEMER tinha e, por isso, o DEPOENTE e CUNHA auxiliaram nas campanhas para agradar MICHEL TEMER; QUE, em relação à campanha de SKAF, o DEPOENTE só teve envolvimento com a operação de R\$ 500.000,00, já mencionado; QUE, no caso da campanha de CHALITA, EDUARDO CUNHA solicitou ao DEPOENTE que debitasse valores da conta conjunta de ambos; QUE EDUARDO CUNHA afirmou que, em momento posterior, tais valores seriam compensados entre si; QUE a compensação se daria a partir dos beneficiários dos pagamentos, de quem partiam as ordens de pagamento, no caso, MICHEL TEMER; QUE acredita que CUNHA e MICHEL TEMER não tivessem uma conta corrente como tinham CUNHA e o DEPOENTE; QUE acredita que MICHEL e CUNHA faziam seus acertos de valores de propina de forma diversa; QUE o ex-presidente de DOCAS, Marcelo Azeredo, também operava no interesse de MICHEL TEMER; QUE não sabe o funcionamento de DOCAS, tampouco como se dava o esquema de arrecadação; QUE JOSÉ YUNES, como já mencionado, fazia o branqueamento de capitais para MICHEL TEMER; QUE



**Ministério Público Federal  
Procuradoria-Geral da República**

sabe, por meio de ALTAIR e de EDUARDO CUNHA, que eles entregavam valores ilícitos a YUNES; QUE sabe que MICHEL TEMER tem uma série de imóveis adquiridos da incorporação de YUNES; sabe que, por trabalhar no mercado financeiro, que a maneira mais fácil de lavar dinheiro é por meio de compras de imóveis; QUE a lavagem de valores feita por YUNES era em favor de MICHEL TEMER; QUE não sabe se tais imóveis adquiridos por MICHEL TEMER estão em nome de MICHEL, familiares ou fundos; QUE sabe, por meio de EDUARDO CUNHA, que MICHEL TEMER tem um andar inteiro na avenida Brigadeiro Faria LIMA, em São PAULO/SP; num prédio que tinha sido recém-inaugurado; QUE o referido andar era alugado a um banco chamado 'BR Partners', de propriedade de Ricardo Lacerda; QUE não sabe se MICHEL TEMER tem alguma relação com Ricardo Lacerda; QUE igualmente CORONEL LIMA era operador de MICHEL TEMER, atuando junto a ELETRONUCLEAR; QUE a empresa do CORONEL LIMA teria sido contratada para obras da Usina de Angra sem ter porte para tanto; QUE, segundo comentários que chegaram ao DEPOENTE, essas contratações se deram por influência de MICHEL TEMER; QUE a ELETRONUCLEAR era nicho de influência de MICHEL TEMER; QUE soube disso quando estourou os escândalos das empreiteiras e quando foi exposto esse contrato; QUE o conhecimento do DEPOENTE é secundário; QUE não conhece CORONEL LIMA; QUE CUNHA teria comentado sobre YUNES ao DEPOENTE, mas não sobre CORONEL LIMA; QUE o PMDB do Senado tem atuação muito forte no setor de energia; **QUE, sobre o ANEXO CAMPANHA GABRIEL CHALITA**, declarou que EDUARDO CUNHA tinha comentado com o DEPOENTE que havia uma necessidade de recursos para a campanha de



**Ministério Público Federal**  
**Procuradoria-Geral da República**

GABRIEL CHALITA; QUE, nesse caso, EDUARDO CUNHA atuava em favor de MICHEL TEMER e não do próprio EDUARDO CUNHA, que não tinha interesse pessoal, como mencionado; QUE o DEPOENTE, até aquele momento, não tinha nenhum relacionamento com CHALITA, por falta de interesse; QUE CUNHA disse ao DEPOENTE que necessitaria para a campanha de CHALITA dRa quantia de R\$ 30.000.000,00; QUE inicialmente não se indicou se os recursos seriam arrecadados via caixa 1 ou caixa 2; QUE isso iria se definir na medida em que a campanha se desenrolasse; QUE HENRIQUE CONSTANTINO tinha uma operação de sua empresa BR Vias na caixa econômica federal, no FI-FGTS, a ser liberada, no valor de cerca de R\$ 300.000.000,00; QUE, como estava próxima a liberação dos recursos da BR VIAS, pediu o DEPOENTE a HENRIQUE CONSTANTINO a antecipação do pagamento de propina, doando dinheiro à campanha de CHALITA; QUE HENRIQUE CONSTANTINO afirmou que não havia problemas em antecipar a propina, mas que se sentiria mais confortável se recebesse um telefonema de MICHEL TEMER; QUE a ligação de MICHEL TEMER daria status a HENRIQUE CONSTANTINO, de estar ajudando o Vice-Presidente da República; QUE, nesse momento, o DEPOENTE mandou uma mensagem a EDUARDO CUNHA, com a solicitação de HENRIQUE CONSTANTINO; QUE tanto a solicitação de HENRIQUE quanto a mensagem a CUNHA ocorreram no escritório do DEPOENTE; QUE, após cerca de 15 minutos da emissão da mensagem a CUNHA, tocou o telefone de HENRIQUE CONSTANTINO, cujo interlocutor era o então Vice-Presidente MICHEL TEMER; QUE a mensagem a CUNHA foi enviada por meio de aplicativo de mensagens com mecanismo de autodestruição (*Wickr*); QUE o telefonema



**Ministério Público Federal  
Procuradoria-Geral da República**

ocorreu na frente do DEPOENTE; QUE, a partir disso, HENRIQUE CONSTANTINO providenciou o pagamento via caixa 2, uma vez que sua empresa era concessionária de serviço público e, portanto, impedida de fazer doações legais (caixa 1); QUE o DEPOENTE indicou que HENRIQUE CONSTANTINO procurasse HUGO FERNANDES NETO, tesoureiro da campanha de CHALITA, para que este recebesse os valores acordados; QUE, também para atender os interesses de MICHEL TEMER na campanha de CHALITA, o DEPOENTE indicou que HUGO FERNANDES NETO procurasse DENÍLTON, pessoa ligada a JOESLEY; QUE a indicação tinha por objetivo a arrecadação de mais R\$ 3.000.000,00 para a campanha de CHALITA; QUE esse valor correspondia a um crédito que o DEPOENTE tinha junto a JBS; QUE esse valor (R\$ 3.000.000,00) foi pago por meio de boletos e de doação oficial ao PSC, partido coligado à campanha de CHALITA; QUE o valor doado ao PSC foi de R\$ 1.000.000,00; QUE a doação ao PSC foi feita, de acordo com a planilha do DEPOENTE, no dia 24 de outubro de 2012; QUE o valor de R\$ 2.000.000,00 foi usado para pagamentos de despesas de campanha escolhidas por HUGO FERNANDES e efetuados pelo grupo JBS; QUE os valores foram debitados em 2 de maio de 2012; QUE o DEPOENTE também providenciou pagamentos em espécie de outras fontes para a campanha; QUE também foram feitos repasses à campanha por meio de pagamentos de notas fiscais emitidas pela gráfica de nome ALL-WIN PRODUÇÕES E ARTES GRÁFICAS, pagamentos estes efetuados pelas empresas do DEPOENTE e pela JBS; QUE acredita que essa gráfica seja 'empresa de fachada'; QUE não sabe se HENRIQUE CONSTANTINO fez pagamentos a gráfica ALL-WIN; QUE confirma que



**Ministério Público Federal  
Procuradoria-Geral da República**

foram pagos para a campanha cerca de 3 milhões de reais através de JOESLEY, cerca de 3 milhões em dinheiro em espécie ao assessor de CHALITA, cerca de 3 milhões de reais através de pagamento pela empresa do COLABORADOR, e cerca de 5-7 milhões doados por HENRIQUE CONSTANTINO; QUE, com exceção da doação oficial ao PSC, todos os outros valores foram pagos via caixa 2; QUE o DEPOENTE também emprestou o seu helicóptero, prefixo PR-FMB, para uso na campanha de CHALITA; QUE não sabe o valor total, mas acredita que pode ser calculado, com base nos registros de voos e no valor médio de R\$ 10.000,00 a hora de voo; QUE HENRIQUE CONSTANTINO doou horas de voo em seu avião a GEDDEL, quando o pai deste encontrava-se doente e precisava ser transferido para São PAULO; QUE, segundo informado por CUNHA, HENRIQUE CONSTANTINO deu horas de voo a MICHEL TEMER nessa última campanha de 2014; QUE HENRIQUE CONSTANTINO e CONSTANTINO JÚNIOR foram a uma reunião com MICHEL TEMER e disponibilizaram 20 milhões de reais em horas de voo para MICHEL TEMER usar na campanha; QUE não sabe se o próprio MICHEL TEMER usou as horas ou se apenas membros de sua equipe utilizaram; QUE esses 20 milhões de reais em horas de voo foram dados em contrapartida ao atendimento de um pleito de HENRIQUE CONSTANTINO, no sentido de que as companhias aéreas pudessem ter participação de empresas estrangeiros no limite de até 99%; QUE HENRIQUE CONSTANTINO tinha esse pleito já há algum tempo, desde o governo de DILMA, mas até aquele momento não tinha conseguido aumentar o limite, que era de 50%; QUE foi feita uma doação de 500 mil reais em espécie pela HYPERMARCAS para a campanha de CHALITA, por meio





**Ministério Público Federal  
Procuradoria-Geral da República**

do DEPOENTE; QUE NELSON MELLO entregou uma mochila com dinheiro no escritório do DEPOENTE com 500 mil reais; QUE avisou HUGO FERNANDES DA SILVA NETO para que este fosse retirar a mochila em seu escritório; QUE o próprio DEPOENTE solicitou esse pagamento a NELSON MELLO, como forma de aproximar o relacionamento; QUE naquela época, NELSON MELLO tinha um pleito junto ao DEPOENTE de aprovação de medida provisória que permitisse a venda de medicamentos sem prescrição médica em supermercados; QUE esse pleito já tinha passado pela Câmara e pelo Senado; QUE a medida estava em análise pelo Ministério da Saúde para posterior sanção pela presidente DILMA; QUE esse pagamento de 500 mil reais foi uma retribuição pelo trabalho do DEPOENTE e de CUNHA junto à Câmara e ao Senado com o fim de aprovar a medida; QUE fez dois almoços para CHALITA, um para arrecadar VALORES PARA A CAMPANHA e outro para agradecer os valores recebidos via caixa 2; QUE no almoço de agradecimento estavam presentes o DEPOENTE, EDUARDO CUNHA, HENRIQUE CONSTANTINO e seu irmão JOAQUIM, NENÊ CONSTANTINO, HUGO FERNANDES e o próprio GABRIEL CHALITA; QUE o almoço foi feito na casa de NENÊ CONSTANTINO, pai de HENRIQUE CONSTANTINO, nos fundos do parque do Ibirapuera, pois NENÊ CONSTANTINO estava em prisão domiciliar à época; QUE CHALITA agradeceu muito os valores recebidos; QUE o DEPOENTE também fez um almoço em seu apartamento, no qual estavam presentes o DEPOENTE, CUNHA, HUGO FERNANDES e IVO LODO, presidente do BANCO BVA, com o fim de arrecadar recursos do banco para a campanha de CHALITA; QUE, no almoço, IVO LODO se comprometeu a doar recursos e



**Ministério Público Federal  
Procuradoria-Geral da República**

posteriormente informaria o valor que seria doado; QUE não chegou a ocorrer essa doação, em razão de problemas financeiros do banco; QUE, sobre a planilha em anexo, que contém dados de voos do helicóptero do DEPOENTE, prefixo PR-FMB, esclareceu que há registro de CHALITA como passageiro, e que VINÍCIUS, nome registrado na planilha também, é um amigo do DEPOENTE; QUE, em complemento ao quanto já declarado, o DEPOENTE esclareceu que HENRIQUE CONSTANTINO doou para a campanha de CHALITA cerca de 5-7 milhões, via caixa 2, por meio de pagamento de contas e realização de depósitos, operacionalizado por HUGO FERNANDES; QUE o grupo JBS doou para a campanha de CHALITA 3 milhões de reais, dos quais 1 milhão em doação oficial ao PSC e 2 milhões para pagamentos de contas e boletos da campanha. Nada mais havendo, lavrou-se o presente termo de depoimento.

**ANSELMO HENRIQUE CORDEIRO LOPES**  
*Procurador da República*

**SARA MOREIRA DE SOUZA LEITE**  
*Procuradora da República*

**LUANA VARGAS MACEDO**  
*Procuradora da República*



**Ministério Público Federal  
Procuradoria-Geral da República**

A handwritten signature in black ink, consisting of several overlapping loops and strokes.

**MARLON OLIVEIRA CAJADO DOS SANTOS**

*Delegado de Polícia Federal*

A handwritten signature in black ink, appearing as a series of dense, repetitive vertical strokes.

**LUCIO BOLONHA FUNARO**

*DEPOENTE*

**MARIA FRANCISCA S. N. SANTOS**

*Advogada*

A handwritten signature in black ink, featuring a large, circular loop at the top.

**JESSICA ALVES DE MORAES**

*Advogada*

A handwritten signature in black ink, with long, sweeping horizontal strokes.

**LAISE MONTEIRO LOPES**

*Advogada*